

Congresso dificulta reforma da economia

Governo planeja até adiar férias parlamentares para forçar aprovação de 17 projetos

BRASÍLIA — A demora do Congresso Nacional em aprovar uma série de projetos está dificultando a reforma da economia. Parados há meses nas mãos de deputados e senadores estão 17 projetos de lei considerados prioritários para o governo. Entre eles, o ajuste fiscal, o Código de Propriedade Industrial, os limites ao monopólio estatal sobre o refino de petróleo e a modernização dos portos. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, acredita que a reforma ministerial permitirá acelerar a votação dos projetos e a modernização da economia. O secretário de Governo, Jorge Bornhausen, já disse que deixa o cargo se não reunir, até junho, a maioria de votos no plenário para os projetos do governo. Uma aposta "de alto risco", consideram muitos parlamentares.

Temeroso de que a lentidão do Congresso atrase ainda mais as reformas econômicas, o governo estuda adiar o início das férias de deputados e senadores até o final de julho. Para o ministro Marcílio, está em jogo a palavra empenhada diante de representantes da comunidade financeira internacional. Marcílio aposta principalmente na reforma fiscal. O projeto de propriedade industrial, por exemplo, foi enviado pelo presidente Fernando Collor há um ano, junto com um patético pedido de urgência para votação. Na semana passada, em Washington, o ministro Marcílio garantiu a aprovação à representante do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, Carla Hills.

Ponto sensível — O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), não está tão otimista. O não reconhecimento das patentes é um ponto sensível nas relações externas, afirma, mas ainda é preciso "aprofundar os entendimentos porque a matéria está verde". Para o presidente da comissão especial que analisa a proposta, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), "o projeto é polêmico e complexo". O governo americano pressiona o Brasil para que a nova lei garanta o reconhecimento de patentes da indústria farmacêutica, por exemplo, enquanto a indústria nacional quer mais prazo para adaptar-se.

O projeto da propriedade industrial não é o único ponto polêmico da lista que o ministro Jorge Bornhausen vai negociar com os parlamentares. O ministro confia, porém, na simpatia de setores da oposição por alguns projetos como a exploração de serviços públicos pela iniciativa privada mediante concessão.

Rolagem da dívida — Bornhausen também pretende cobrar um compromisso assumido pelo presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, durante a negociação do projeto de rolagem da dívida dos Estados, no final do ano passado. Na ocasião, Quêrcia garantiu que a sua bancada discutiria a criação de um imposto sobre combustíveis destinado à conservação das estradas e de uma taxa a ser cobrada dos mutuários sobre o saldo devedor do Sistema Financeiro da Habitação. As propostas fazem parte de uma emenda constitucional, que precisa dos votos de 302 deputados e 41 senadores para ser aprovada.

Bornhausen enfrenta não só a oposição, mas a própria base governista na Câmara e no Senado. É o que acontece com as novas medidas que envolvem a modernização dos portos. Há mais de um ano o deputado Gastone Righi (PTB-SP), cujo voto é computado na base governista, se opõe ao projeto.



José Varella/AE — 29/1/92

Aposta de risco

O secretário Jorge Bornhausen ameaça sair do governo se não reunir os votos necessários à aprovação dos projetos